



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ART HENRIQUE NASSIF MACHALA

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E A QUESTÃO DA UNIDADE NACIONAL

**Rio de Janeiro
2020**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ART HENRIQUE NASSIF MACHALA

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E A QUESTÃO DA UNIDADE NACIONAL

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Gestão Operacional.

**Rio de Janeiro
2020**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMii
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: **Cap Art HENRIQUE NASSIF MACHALA**

Título: **A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E A QUESTÃO DA UNIDADE NACIONAL.**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____/_____/_____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
RENATO MACEDO BIONE DA SILVA - Maj Cmt Curso e Presidente da Comissão	
BRUNO COELHO PEREIRA - Cap 1º Membro	
CARLOS EDUARDO DA SILVA LOURENÇO - Maj 2º Membro e Orientador	

HENRIQUE NASSIF MACHALA – Cap
Aluno

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E A QUESTÃO DA UNIDADE NACIONAL

Henrique Nassif Machala¹
Carlos Eduardo da Silva Lourenço²

RESUMO

O território representou, no decorrer da história do Brasil, um dos fundamentos de sua identidade nacional, sendo, pois, atributo fundamental da definição do Estado brasileiro e de sua sociedade. O estudo da formação territorial brasileira está relacionado com os processos e circunstâncias que moldaram, ao longo do tempo e do espaço, seu povoamento e a ação do Estado no Brasil. A peculiaridade geopolítica brasileira, caracterizada por seu processo de colonização e particular transição para um Estado independente, esteve fortemente interligada a sua formação territorial, a se destacar pela continentalidade e diversidade regionais características do país. Nesse contexto, o presente estudo pretende destacar a importância do processo de Independência do Brasil para a defesa da autonomia brasileira e unificação do território nacional frente aos movimentos de rebeldia desencadeados no período colonial.

Palavras-chave: Independência. Território. Unidade.

ABSTRACT

The territory represented, throughout Brazil's history, one of the foundations of its national identity, being, therefore, a fundamental attribute of the definition of the Brazilian State and its society. The study of Brazilian territorial formation is related to the processes and circumstances that shaped, over time and space, its settlement and the action of the State in Brazil. The Brazilian geopolitical peculiarity, characterized by its colonization process and particular transition to an independent state, was strongly linked to its territorial formation, to be highlighted by the continentality and regional diversity characteristic of the country. In this context, the present study intends to highlight the importance of the Brazilian Independence process for the defense of national autonomy and the unification of the national territory in the face of the rebellious movements unleashed in the colonial period.

Keywords: Independence. Territory. Unit.

¹ Capitão da Arma de Artilharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2011.

² Major da Arma de Artilharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2006. Especialização em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2015.

1 INTRODUÇÃO

Desde o início do século XVIII, a extensão territorial brasileira não mais se relacionava com os limites fronteiriços da linha de Tordesilhas. O desbravamento do movimento bandeirante e dos criadores de gado, tanto a oeste quanto a sudoeste do território nacional, ampliaram, de fato, as fronteiras do país de modo que a fisionomia territorial brasileira já se assemelhava bastante à atual.

Além desses processos, o governo português preocupou-se em estabelecer medidas relacionadas à interiorização do território e à fixação de fortes, a fim de assegurar a posse e a defesa das terras brasileiras.

Contudo, o Tratado de Tordesilhas, que separava as posses portuguesas do território espanhol, era um acordo estritamente conceitual, ou seja, não era capaz de, efetivamente, delimitar e demarcar as partes em litígio. Desta feita, eram imprecisas as fronteiras entre a América espanhola e a América portuguesa.

A esse modelo de expansão e ocupação do novo continente por parte dos portugueses, soma-se a assinatura dos tratados diplomáticos de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777), entre Portugal e Espanha, no século XVIII, à luz do princípio *uti possidetis*, segundo o qual detém a posse de um território quem o ocupa de fato.

Desta maneira, Portugal pôde ampliar sobremaneira sua colônia ultramarina, deixando como legado um imenso território para Brasil após sua independência, em 1822.

Em um país de formação colonial como o Brasil, a constituição espacial adquire importância específica na explicação dos processos sócio-políticos, refletindo diretamente em sua conformação territorial. Desta maneira, a divisão político-administrativa do território brasileiro é derivada dos aspectos coloniais que, mesmo após o processo de independência, se mantiveram.

A configuração territorial dos estados brasileiros remete às capitânicas hereditárias, sistema implantado a partir da expedição de Martim Afonso de Sousa, em 1530, cujas fronteiras foram limitadas pela exploração das terras concedidas pelo governo aos seus donatários. Destarte, como consequência desse povoamento, os estados brasileiros herdariam do período colonial uma divisão territorial extremamente desigual.

O território representou, no decorrer da história do Brasil, um dos fundamentos de sua identidade nacional, sendo, pois, atributo fundamental da definição do Estado brasileiro e de sua sociedade.

O estudo da formação territorial brasileira está relacionado com os processos e circunstâncias que moldaram, ao longo do tempo e do espaço, seu povoamento e a ação do Estado no Brasil. A peculiaridade geopolítica brasileira, caracterizada por seu processo de colonização e particular transição para um Estado independente, esteve fortemente interligado a sua formação territorial, a se destacar pela continentalidade e diversidade regionais características do país.

1.1 PROBLEMA

Ao mesmo tempo que a Coroa Portuguesa se encontrava imersa no contexto das reformas absolutistas europeias, surgiam, na Colônia Brasileira, diversas conspirações contra Portugal e tentativas várias de independência.

Pode-se inferir que tais movimentos foram revoltas regionais e não revoluções nacionais na sua essência, tendo como exemplos deste traço a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração dos Alfaiates (1798) e a Revolução de 1817 em Pernambuco.

A Guerra dos Mascates em Pernambuco (1710), as rebeliões ocorridas em Minas Gerais, impulsionadas pela revolta de Filipe dos Santos em 1720, e, principalmente, as conspirações e revoluções dos últimos anos do século XVIII e nos dois primeiros decênios do século XIX, são constantemente citados como exemplos afirmativos da consciência nacional.

A guerra movida por Napoleão Bonaparte contra a Inglaterra em território Europeu, em princípio do século XIX, acabou por ter consequências para a Coroa Portuguesa. O Príncipe Dom João, que reinava desde 1772, decidiu pela transferência de toda a Corte lusitana para o Brasil. A partir da vinda da família real para sua maior colônia, ocorreu uma reviravolta nas relações entre Metrópole e Colônia.

A transferência da monarquia portuguesa para o Brasil mudou o cenário das relações internacionais no Continente Americano, em especial na América do Sul. Instalou-se no Rio de Janeiro o Ministério da Guerra e Assuntos Estrangeiros.

A presença da Corte no Rio de Janeiro contribuiu sobremaneira para dar à Independência os aspectos de uma transição sem grandes alavancadas. Mesmo sendo transferida para o Brasil, a Coroa não deixou de favorecer os interesses portugueses no Brasil, gerando descontentamentos na população local.

A Coroa, em face aos problemas de emancipação enfrentados, tomava medidas no sentido de integrar Portugal e Brasil como partes de um mesmo reino,

culminando como a elevação do Brasil a condição de Reino Unido a Portugal e Algarves em dezembro de 1815.

É de senso comum nas publicações de historiografia brasileira contrastar a relativa facilidade da consolidação da independência do Brasil com o processo complexo de emancipação da América espanhola. É notório que, enquanto o Brasil permaneceu unificado, a América Espanhola se dividiu em várias nações.

Ainda assim a emancipação do Brasil não resultou em maiores alterações da ordem social e econômica, ou forma de governo. O Brasil, exemplo único na América Latina, ficou sendo uma monarquia entre repúblicas.

Neste sentido, formula-se o seguinte problema a ser explorado no presente estudo:

O Processo de Independência do Brasil foi responsável pela construção de um Estado Nacional a fim de organizar o país e garantir sua unidade?

1.2 OBJETIVOS

O presente estudo pretende destacar a importância do processo de Independência do Brasil para a defesa da autonomia brasileira e unificação do território nacional frente aos movimentos de rebeldia desencadeados no período colonial e dos conflitos de resistência imediatamente posteriores à emancipação nacional.

Para que se possa atingir o objetivo geral do presente estudo, e possibilitar uma melhor compreensão do raciocínio apresentado, foram formulados os seguintes objetivos específicos:

- a) Definir em que momento teria surgido a consciência de ser brasileiro;
- b) Especificar qual a relevância dos levantes coloniais para a desestabilização da unidade territorial brasileira;
- c) Questionar se Independência impunha a tarefa de se construir um Estado nacional para organizar o país e garantir sua unidade;
- d) Identificar as diferenças entre os processos de emancipação da América Portuguesa e da América Espanhola.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

A assinatura do Tratado de Tordesilhas entre os países ibéricos, em 1494, marca o primeiro esboço do que viria a se tornar o atual território brasileiro,

entretanto, no início do século XVIII, a extensão territorial brasileira não mais se relacionava com os limites fronteiriços da linha de Tordesilhas.

O estudo da formação territorial brasileira está relacionado com os processos e circunstâncias que moldaram, ao longo do tempo e do espaço, seu povoamento e a ação do Estado no Brasil. A peculiaridade geopolítica brasileira, caracterizada por seu processo de colonização e particular transição para um Estado independente, esteve fortemente interligado a sua formação territorial, a se destacar pela continentalidade e diversidade regionais características do país.

Neste sentido, o presente estudo justifica-se por promover uma discussão acerca das mudanças experimentadas pela sociedade brasileira, em especial no fim do período colonial, ligadas intimamente a manutenção de seu território, com consequências para surgimento de uma nova configuração geopolítica capaz de afetar a dinâmica das relações de poder e planejamento da defesa da Pátria, razão de ser das Forças Armadas, no cenário das relações internacionais.

O presente estudo pretende despertar nos militares a importância de conhecermos a história do país, principalmente no que se refere a formação e a consolidação de seu território, em que se pese a complexidade de atuação política, estratégica e militar do Estado como guardião da soberania nacional num espaço geográfico de dimensões continentais.

Pretende-se, também, destacar que a compreensão dos fatos históricos do passado está diretamente relacionada a maneira de pensar em soluções de problemas nos campos estratégicos, políticos e militares, seja em tempos de paz, seja em tempos de guerra.

2 METODOLOGIA

Quanto à forma de abordagem, o presente estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa, onde a produção de novos conhecimentos envolve fatos que levam a conscientização da importância do valor histórico na formação social e profissional do militar.

Quanto ao objetivo geral, o presente estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa explicativa, buscando o levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos, tais como livros e artigos científicos, que permitem ao pesquisador conhecer o que já fora estudado acerca do assunto, procurando recolher dados ou conhecimentos prévios sobre o problema a ser pesquisado.

A seleção das fontes de pesquisa será baseada em publicações de autores nacionais e internacionais de grande importância no meio acadêmico, além de obras literárias amplamente utilizadas no âmbito das escolas de formação militar.

O delineamento de pesquisa será constituído das fases de levantamento e seleção da bibliografia; coleta dos dados, crítica dos dados, leitura analítica e fichamento das fontes, argumentação e discussão dos resultados.

2.1 REVISÃO DA LITERATURA

2.1.1 A crise no sistema colonial

Nas últimas décadas do século XVIII, o mundo ocidental passou por diversas transformações, tanto no plano das ideias, quanto no plano dos fatos. O conjunto de monarquias absolutas que vigoravam na Europa desde o início do século XVI, chamado Antigo Regime, entrou em crise. O mercantilismo constituía um sistema em franco declínio e Portugal era uma nação enfraquecida política e economicamente.

A luta por liberdade na América não pode ser desvinculada das transformações que ocorreram na Europa durante a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX.

Coerente com este contexto de crise do sistema absolutista, centrado na separação das colônias de suas metrópoles e na criação de novos Estados, destaca-se o processo de emancipação das colônias portuguesas na América e a formação do Estado brasileiro.

Apesar das peculiaridades internas de cada colônia, em seus movimentos libertários, as transformações que ocorreram na Europa foram fundamentais para a eclosão das lutas separatistas na América.

As principais influências externas que contribuíram para a eclosão dos movimentos emancipatórios foram a independência das colônias inglesas na América do Norte, a Revolução Industrial, o Iluminismo e a Revolução Francesa.

Em 1776, as colônias inglesas na América do Norte tornaram-se independentes e, a partir de 1789, o antigo Regime na França chegava ao seu fim devido ao sucesso da Revolução Francesa, marcada pela luta dos franceses contra a tirania de Luís XVI e os privilégios da nobreza, fato que ecoou pelo mundo, dando força aos movimentos emancipatórios

As ideias iluministas, difundidas em vários países europeus e na própria América, propunham a liberdade política e econômica, a igualdade de direitos e a

igualdade entre os povos. O iluminismo foi base ideológica dos movimentos libertários coloniais. Assim, seria impossível alcançar os ideais iluministas com a manutenção do pacto colonial. Com a independência, contudo, o sonho de liberdade, igualdade e fraternidade poderia se tornar uma realidade.

Durante o século XVIII, o capitalismo estava consolidado por meio das revoluções burguesas, que derrubaram monarquias absolutistas por meio da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra.

A Revolução Industrial na Europa, somada à instabilidade política a partir de 1789, transformaram o quadro político na Ibero-América. As colônias apresentavam anseios de divisão com a metrópole face às diferenças políticas e econômicas anteriores ao processo de independência.

A Inglaterra, em suas relações políticas e, especialmente comerciais, com a América portuguesa, desenhava rupturas significativas com o sistema colonial, por meio de acordos e negócios realizados diretamente com os comerciantes locais.

A consolidação do domínio português sobre território brasileiro, em que se pese as evoluções políticas da época, passava, também, pela preocupação em ratificar o controle e a posse das regiões fronteiriças do Norte e do Sul do país, ocupadas, mesmo que com baixa densidade, por maioria de nativos indígenas sem quaisquer integração à civilização portuguesa. Seria inviável assegurar o controle dessas áreas caso a coroa não contasse com um povo identificado com os objetivos lusos e, futuramente, com os ideais nacionais brasileiros.

2.1.2 Os levantes coloniais: movimentos de rebeldia e separatismo

Conforme acentuava-se o declínio do sistema colonial, em particular o colonialismo brasileiro, o descontentamento da população colonial em relação à Metrópole era agravado. Desta feita, surgiram um número significativo de revoltas que pretendiam alcançar independência se não nacional, a regional. O primeiro grupo de rebeliões, que ficou conhecido como revoltas nativistas, fazia revoltas contra a metrópole, mas não buscava o rompimento com o pacto colonial. Além disso, tinha um caráter regional e não foi influenciado por ideias estrangeiras. Estas revoltas tiveram participação, por vezes, da população mais carente, contudo prevalecia o controle por setores da classe média da sociedade alinhados à ideologia liberal presente à época.

A Revolta da Cachaça (1660) foi uma das primeiras revoltas nativistas. Os produtores de cachaça, principalmente da região fluminense, estavam sendo

sobrecarregados de impostos e proibidos de comercializarem aguardente.

Insatisfeitos com os altos impostos cobrados ao longo dos anos e perseguidos por vender a bebida, os produtores de aguardente e proprietários de engenhos se revoltaram em 1660 e tomaram o poder por algumas semanas no Rio de Janeiro.

A Revolta de Beckman, ocorrida no Maranhão, em 1684, teve como personagens centrais os irmãos Manuel e Tomás Beckman. Dois fatores foram fundamentais para o levante: o primeiro deles foi a carência de mão de obra na região e o segundo foi o alto preço praticado pela Companhia de Comércio do Maranhão. O povo do Maranhão, liderado pelos irmãos Beckman, organizou a revolta com o objetivo de acabar com a Companhia de Comércio e expulsar os padres jesuítas, além de assumir o governo da cidade de São Luís.

É importante salientar que o processo de unificação territorial no Brasil não pode ser caracterizado como um processo pacífico. A história nos mostra um cenário bastante distinto de tal afirmação, uma vez que, já no final do século XVIII e início do século XIX, eclodiram no Brasil revoltas de maior amplitude, que buscavam a libertação e foram influenciadas por ideias estrangeiras, tais como o iluminismo.

Houve movimentos de caráter emancipacionista em Minas Gerais (1789), na Bahia (1798) e em Pernambuco (1817), todos estes ainda no período que antecederam a Independência do Brasil, em 1822.

Pode-se inferir que tais movimentos foram revoltas regionais e não revoluções nacionais na sua essência, entretanto os aspectos separatistas presentes no desenrolar dos acontecimentos e planejamentos dos movimentos, mesmo que estes tenham sido ceifados por ação da Metrópole ou de seus agentes regionais, sugere um degrau no desmembramento territorial de áreas de grande importância para a soberania do Estado, tanto à época dos acontecimentos, quanto nos tempos atuais.

Os levantes coloniais são citados em diversas bibliografias no que diz respeito a formação territorial e história do Brasil. Algumas fontes, entretanto, referem-se a estes movimentos como movimentos nativistas, por suporem ser essencialmente fundamentais para o sentimento nacional do povo brasileiro. Acerca dessa denominação, Almeida cita o seguinte:

O termo movimentos nativistas, criado na historiografia do século XIX e perpetuado nos livros didáticos, é controverso. Já atribui de pronto um sentimento que dificilmente pode ser verificado nesses levantes: um protonacionalismo brasileiro. (ALMEIDA, 2013, p. 53)

Ainda segundo o autor destaca-se:

Os nacionalistas de ontem, mais que os de hoje, viam nessas rebeliões um embrião da ideia de Brasil. Como o nacionalismo é um fenômeno essencial ao século XIX, pós-Revolução Francesa, esse entendimento é hoje muito criticado e evidencia uma percepção fora de lugar no tempo histórico. (ALMEIDA, 2013, p. 54)

Contudo, a relevância dos levantes coloniais para a desestabilização da unidade territorial brasileira e, conseqüentemente, para a criação da consciência nacional brasileira é corroborada ao analisarmos o desencadeamento de fatos que levaram ao sentimento nacional nos colonos.

A consciência nacional foi se definindo na medida em que setores da sociedade da Colônia passaram a ter interesses distintos da Metrópole, ou a identificar nela a fonte de seus problemas (FAUSTO 2013, p. 113)

As revoltas nativistas acabaram promovendo uma abertura de caminho para as revoltas libertárias, que, diferentemente das revoltas regionais, buscavam o rompimento do pacto colonial e a libertação das capitanias.

Nesse sentido, apresentam-se como exemplos desta evolução de pensamento e ideais a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração dos Alfaiates (1798) e a Revolução de 1817 em Pernambuco.

A Inconfidência Mineira relaciona-se diretamente com os aspectos da sociedade regional e a escalada de seus problemas nas últimas décadas do século XVIII.

A conjuração dos mineiros foi o primeiro levante com cunho libertário e republicano, organizado por uma elite mineira influenciada pelas ideias ilustradas.

Neste período, a sociedade mineira estava imersa em um período de declínio, acentuado pela baixa na extração e produção do ouro e pelas medidas da Coroa portuguesa a fim de garantir a continuidade de arrecadação do quinto para sua sobrevivência orçamentária.

A elite estava inconformada com o pacto colonial, com as medidas proibitivas da Coroa e com os excessos de impostos cobrados na região das minas, que representavam um tributo anual de cem arrobas de ouro. A fim de completar essa quantia, o governo ainda poderia apropriar-se de todo o ouro existente e decretar, caso o valor arrecadado não fosse suficiente, a derrama, um imposto a ser pago por cada habitante da capitania.

Essas inúmeras insatisfações, em conjunto com as ideias iluministas e com o exemplo das Treze Colônias Inglesas, que se libertaram da Inglaterra na segunda metade do século XVIII, levaram a elite mineira a organizar uma conspiração por

libertação da Capitania de Minas, podendo o movimento, posteriormente, expandir-se e promover a independência do país.

A intenção da maior parte dos inconfidentes era a proclamação de uma república, tomando como modelo a Constituição dos Estados Unidos, sem a presença de um exército permanente, onde os cidadãos, caso se fizesse necessário, deveriam usar armas numa milícia nacional.

O movimento teve entre seus principais representantes o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido por Tiradentes, além dos poetas Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa.

Foi um movimento extremamente elitizado que contou com a participação de mineradores, advogados, poetas, comerciante e oficiais e que não possuía, entre suas propostas, benefícios para a população mais pobre da Colônia.

Contudo, os inconfidentes foram traídos por Joaquim Silvério dos Reis, em troca do perdão de sua dívida junto à Coroa. Os líderes da rebelião foram detidos e condenados à morte. Contudo, a exceção de Tiradentes, a sentença de morte de doze inconfidentes foi substituída pelo exílio nas colônias portuguesas da África e em alguns conventos portugueses, após decreto da rainha Dona Maria I.

Aproximadamente uma década após a Inconfidência Mineira, aconteceu um novo movimento revolucionário na Bahia, a Conjuração Baiana. A Revolta dos Alfaiates, como também ficou conhecida a Conjuração Baiana, foi uma conspiração libertária que contou com a participação de médicos, advogados, maçons, padres, soldados, sapateiros, alfaiates, bordadores, ex-escravos e escravos.

Diferentemente da Inconfidência Mineira, foi um movimento de caráter prioritariamente popular, representada pelos segmentos mais pobres da sociedade que combinava, de forma inédita, o desejo de independência com reivindicações sociais, além da defesa da proclamação de uma República.

Suas ideias foram divulgadas pelo então soldado Luiz Gonzaga das Virgens e por Cipriano Barata. Este, por sua vez, médico e filósofo de formação, foi o principal líder da revolta e exercia grande influência na maçonaria e na população.

A Revolução dos Alfaiates está diretamente relacionada com as condições precárias de vida da população local. Em conjunto com as insatisfações internas, as notícias do êxito alcançado no processo de independência das Treze Colônias, da independência do Haiti e a eclosão da Revolução Francesa trouxeram os ideais de liberdade e igualdade defendidos pelo pensamento iluminista.

Havia, por parte do governo local, a preocupação de um levante de escravos e a perda do controle central do Estado sobre a região, muito relacionado ao fato de

que a Revolução de Santo Domingo estava em pleno curso e só terminaria com a criação do Estado do Haiti em 1801.

Da mesma maneira como ocorrido na Inconfidência Mineira, os envolvidos na Conjuração Baiana também foram presos e denunciadas. Alguns membros importantes do movimento foram enforcados como, por exemplo, o aprendiz de alfaiate Manuel Faustino dos Santos Lira, o soldado Luís Gonzaga das Virgens e o mestre alfaiate João de Deus Nascimento.

Em 1817 eclodiu em Pernambuco um novo levante libertário: a Revolta dos Padres, mais conhecida com o Revolução Pernambucana. Os padres e outros revoltosos difundiam as ideias iluministas e eram totalmente contrários ao absolutismo. Além das ideias iluministas, a independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e os movimentos libertários do século XVIII influenciaram os revoltosos de Pernambuco.

A Revolução Pernambucana ocorreu pelo descontentamento da população com o crescente aumento dos impostos, direcionados, principalmente, para o sustento da Corte portuguesa instalada no Rio de Janeiro. Além desse descontentamento, outros problemas assolavam a região: uma grande seca em 1816 que causou enorme prejuízo à economia agrícola local e a queda dos preços do açúcar e algodão frente a concorrência com o mercado externo.

É neste cenário que se tem início à revolta contra o governo central. O principal objetivo, tal como nos demais movimentos relevantes separatistas da época, era a proclamação de uma república, baseada conforme os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade idealizados pela Revolução Francesa.

O movimento foi duramente reprimido por tropas do governo, mas cabe ressaltar que de todos os movimentos libertários que antecederam a independência do Brasil, a Revolução Pernambucana foi o único que passou da fase de trama e realmente chegou a vias de fato, ou seja, foi o único movimento que chegou a tomar o poder, separando Pernambuco de Portugal e do Brasil pelo menos por algumas semanas.

Grande parte da historiografia é contundente ao afirmar que os movimentos coloniais almejavam uma ruptura completa, ainda que regional, com a metrópole. O insucesso de tais levantes, originados, em parte, da falta de ligações econômicas entre as diversas regiões e das rivalidades políticas ligadas à formação dos Estados Nacionais, mostram que é necessário a observância do Estado sobre seu povo e seu território a fim de garantir a unidade nacional.

Tal a importância dos movimentos destacados que a própria denominação desses remonta ao não cumprimento do dever do povo com seu soberano, à desobediência que levaria a uma dissociação territorial se não interrompida ou pela atuação do Estado ou pelo fracasso do planejamento. Contudo, observa-se que era necessária uma mudança nas diretrizes governamentais do país, uma vez que a situação de colonial não trazia mais a segurança de que a unidade seria mantida a longo prazo.

A própria expressão “Inconfidência Mineira”, utilizada na época e que a tradição curiosamente manteve até hoje, mostra isso. “Inconfidência” é uma palavra com sentido negativo que significa falta de fidelidade, não-observância de um dever, especialmente com relação ao soberano ou ao Estado. (FAUSTO, 2013, p. 118)

2.1.3 A chegada da família real ao Brasil

As Guerras Napoleônicas, no início do século XIX, provocaram transformações na América Latina que contribuíram sobremaneira para os movimentos de independência dessa região.

Em Portugal, a invasão francesa provocou a transferência da Corte para o Brasil. A presença do regente Dom João em terras brasileiras e de toda estrutura burocrática administrativa lusitana propiciaram inúmeras transformações que aceleraram o processo libertário nacional. Este período de permanência da Corte Portuguesa no Brasil é popularmente conhecido como Período Joanino.

A partir da vinda da família real para o Brasil, ocorreu uma reviravolta nas relações entre Metrópole e Colônia.

É importante destacar que Dom João transferiu a corte unicamente devido ao Bloqueio Continental instituído por Napoleão Bonaparte contra os Ingleses.

A transferência da monarquia portuguesa para o Brasil mudou o cenário das relações internacionais no Continente Americano, em especial na América do Sul.

Uma das primeiras medidas do príncipe regente foi promover a abertura dos portos, em 1808, a todas as nações amigas de Portugal. Foi o fim momentâneo do pacto colonial e um enfraquecimento da dominação metropolitana sobre o Brasil, fatores que no futuro acabaram por acelerar o processo de independência, conforme descreve ALMEIDA.

A independência de fato começa em 1808, quando há a “inversão brasileira”, e o Rio de Janeiro se torna a capital do Império português. Se ainda não é a completa independência do país, certamente já é o fim de um regime colonial, efetivado juridicamente em 1815, com a elevação do Brasil a Reino Unido. (ALMEIDA, 2013, p. 66)

Instalou-se, também, no Rio de Janeiro, o Ministério da Guerra e Assuntos Estrangeiros, extremamente relevante nos aspectos da formação territorial brasileira e do caráter geopolítico nas relações entre as potências mundiais europeias à época.

Neste contexto, Dom João promoveu duas anexações territoriais. Em 1809, invadiu a Guiana Francesa com apoio de tropas inglesas. A ocupação era uma represália à invasão de Portugal pelos franceses, porém a região acabou sendo devolvida ao governo francês após a derrota de Napoleão e a realização do Congresso de Viena.

A outra anexação militar foi a região da Cisplatina. A conquista da região do rio da Prata era uma represália à aliança entre a Espanha e a França de Napoleão. Além disso, a região era de rico potencial comercial e o domínio desta poderia dificultar uma possível invasão napoleônica às colônias da Espanha, que já estava dominada pelas tropas francesas.

A região da Cisplatina acabou ficando sob controle de Portugal e, posteriormente, do Brasil, até que em 1828 se libertou e deu origem a um novo país independente da América chamado de Uruguai.

A presença da Corte no Rio de Janeiro contribuiu para dar à Independência os aspectos de uma transição sem grandes sobressaltos. O estabelecimento da Corte portuguesa no novo continente marcava a continuidade do Estado português no Estado brasileiro, que incorporava estruturas, aparelhos e instituições e, até mesmo, a própria dinastia da metrópole.

A situação do Brasil foi peculiar, pois a vinda da Corte, do exército e da administração em 1808 em navio britânicos, quando Napoleão invadiu Portugal, gerou um processo de centralização e reforço dos laços de dominação (o Rio de Janeiro passava a ocupar o lugar de Lisboa), enquanto as colônias espanholas se dividiam. (VISENTINI, 2012, p. 75)

A chegada de Dom João ao Brasil provocou grande impacto na vida da população do Rio de Janeiro pois era a primeira vez na história que um governante europeu transferia a capital de seu reino para o continente americano.

Um fator de grande relevância para que a colônia se mantivesse unida estava baseado na presença da família real, em especial na figura do rei em território brasileiro. É prudente afirmar que a vinda da família real portuguesa ao Brasil impediu que este país tivesse seu território fragmentado, especialmente os locais de maior desenvolvimento socioeconômico, como Pernambuco e Rio de Janeiro,

que poderiam lograr êxito em suas independências por serem capazes de sobreviver as custas de um desenvolvimento local.

Mesmo sendo transferida para o Brasil, a Coroa não deixou de favorecer os interesses portugueses, gerando descontentamentos na população local.

Problemas como a desigualdade social, descontentamento com as condições econômicas e de privilégios concedidos aos portugueses, desencadearam algumas revoltas e revolução em território brasileiro.

2.1.4 A independência do Brasil e o fim do período colonial

A Coroa, face aos problemas de emancipação enfrentados, tomava medidas no sentido de integrar Portugal e Brasil como partes de um mesmo reino, culminando como a elevação do Brasil a condição de Reino Unido a Portugal e Algarves em dezembro de 1815.

Em 1820, eclodiu em Portugal a Revolução Liberal do Porto, marcando o fim do absolutismo português. Os lusitanos exigiram o retorno de Dom João VI para Portugal e o restabelecimento do pacto colonial sobre o Brasil.

Assim, o rei voltou e tentou promover o fechamento dos portos brasileiros. Porém, seu filho Pedro, que ficou como príncipe regente no Brasil, foi pressionado pela elite brasileira a não respeitar suas ordens e promover o rompimento com a corte de Lisboa.

Desta feita, foi proclamada, em 7 de setembro de 1822, pelo próprio príncipe herdeiro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, às margens do Riacho do Ipiranga, a independência do Brasil.

Criou-se uma situação complexa e distinta daquela verificada quando da emancipação das colônias da América Espanhola.

O processo de independência percorreu caminhos um tanto quanto especiais, uma vez que a presença do imperador, recém proclamado, em solo brasileiro foi fundamental à coesão política e territorial. Dom Pedro I foi reverenciado como uma espécie de símbolo a unificar as diferentes províncias fazendo com que, diferente da América Espanhola, o Brasil recém independente pudesse realizar essa transição político-administrativa de forma menos abrupta.

A Independência se explica por um conjunto de fatores, tanto internos como externos, mas foram os ventos trazidos de fora que imprimiram aos acontecimentos um rumo imprevisto pela maioria dos atores envolvidos, em uma escala que passou da defesa da autonomia brasileira à ideia de independência. (FAUSTO, 2013, p.129)

A concretização de um governo central, representado pela figura do Imperador, afastava o temor de uma anarquia social e favorecia a manutenção das elites brasileiras no poder decisório do desenvolvimento da sociedade recém independente.

A importância em manter uma divisão equilibrada do mapa político nacional, no que se refere à dimensão territorial dos estados, tinha por interesse afirmar o poder central contra as possíveis ameaças de legitimação dos poderes regionais, acirrado pela desigualdade de poderes entre seus membros.

Desta maneira, a centralização do poder político, exercida pela figura do imperador do Brasil recém independente, possibilitou a manutenção da integridade territorial e a formação do Estado Nacional.

O poder central de um Estado Independente servia, então, para preservar as fronteiras e a unidade territorial, além de manter o regime e a ordem.

2.1.5 A consolidação da independência

A consolidação da Independência, mesmo desenvolvida em curto espaço de tempo, não se deu sem alguns conflitos militares relativamente graves. Brasileiros favoráveis à Independência lutaram contra tropas portuguesas remanescentes do período da chegada da família real, em 1808.

Na Bahia e no Pará, as resistências de portugueses que não aceitavam a independência foram marcantes e Dom Pedro I teve que recorrer à ajuda financeira da Inglaterra para armar tropas, contando ainda com mercenários ingleses que vieram lutar junto a brasileiros para controlar as duas regiões.

O destaque na Bahia foi a atuação de uma mulher, Maria Quitéria de Jesus Medeiros, que lutou contra portugueses nas fileiras militares baianas e se destacou pela bravura e coragem.

Ocorreram, também, conflitos em outras províncias, como Maranhão, Piauí, Alagoas, Sergipe, Ceará, Cisplatina, porém de menor intensidade.

É de senso comum nas publicações da historiografia brasileira contrastar a relativa facilidade da consolidação da independência do Brasil com o processo complexo de emancipação da América espanhola. É notório que, enquanto o Brasil permaneceu unificado, a América Espanhola se dividiu em várias nações.

Algumas diferenças, podem ser citadas como preponderantes para que a emancipação brasileira tenha sido diferente daquela ocorrida com os Estados da América Espanhola.

Na colonização portuguesa havia mais mobilidade social do que na colonização da América espanhola. O sistema colonial português era menos excludente com os colonos notáveis, aqueles que, de fato, eram parte ativa do crescimento político e econômico do país.

Não havia, na América portuguesa, vinculações significativas entre as zonas coloniais, o que favorecia a dependência com Portugal, ao passo que na América espanhola, devido a sua produção voltada principalmente ao mercado interno, esta poderia sobreviver sem a necessidade de relações com o mercado europeu.

Ademais, a América portuguesa era um sistema escravista, com base em uma produção escravista, divergindo sobremaneira da América espanhola.

A manutenção da unidade territorial da América Portuguesa muito se relaciona com essas diferenças e o conseqüente processo de independência, primordial para que o território permanecesse coeso em torno de interesses comuns, principalmente da classe ativamente política e de grandes personagens de papel central na economia brasileira.

É importante esclarecer que as emancipações da América Latina, em especial na América Portuguesa, foram lideradas pelas elites locais, que não tinham compromisso com transformações sociais mais profundas. O objetivo, ao romper com o pacto colonial e com a metrópole, era o livre comércio e o desenvolvimento das estruturas agrárias locais, e não a integração completa dos excluídos, índios, negros e mestiços.

A Independência sob forma de união em torno do Rio de Janeiro resultou de uma luta e não de um acordo comum. Foram vencidos, nas províncias, movimentos autonomistas e aqueles que sustentavam a permanência da união com Portugal.

Ainda assim, a elite que apoiou e participou ativamente do processo de Independência não tinha interesse em rupturas que ameaçassem a estabilidade da antiga Colônia. A organização do Estado brasileiro após a Independência era favorável à integridade territorial e ao regime centralizado. A emancipação do Brasil não resultou em maiores alterações da ordem social e econômica, ou forma de governo. O Brasil, exemplo único na América Latina, ficou sendo uma monarquia entre repúblicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da análise do processo de Independência do Brasil, destacam-se fatos sociopolíticos e econômicos, tanto internos quanto externos à organização colonial portuguesa, que corroboram para a construção de um Estado Nacional capaz garantir sua unidade.

A cronologia peculiar dos acontecimentos que cercaram a formação do território brasileiro pode ser apresentada desde a corrida marítima expansionista europeia, no século XVI, à consolidação da independência, ainda no primeiro reinado.

Os acontecimentos internos e externos na independência do país tanto permitiram a consolidação da autonomia política e territorial brasileira como influenciaram a projeção internacional do Brasil independente.

No que circundam aos desdobramentos internos e externos à época da independência, destaca-se que a independência do Brasil ocorreu no âmbito da crise do Antigo Regime e, por conseguinte, do sistema colonial como um todo. Esteve associada, também, à divulgação de ideias liberais e iluministas europeias, influenciadoras de movimentos emancipacionistas no Brasil, tais como a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798).

A transferência do Estado português ao que se tornaria o Brasil, com o estabelecimento da família real e de sua corte para o Rio de Janeiro em 1808 torna-se um marco inédito nas relações entre Metrópole e Colônia.

Tal fato se dá no contexto das guerras napoleônicas na Europa, principal condição para a fuga da família real lusitana e de sua corte ao Rio de Janeiro, sob a proteção inglesa, tradicional aliado português, na iminência da invasão de Portugal pela França.

O Brasil, então, viria a se tornar sede do reino e tem sua situação colonial extinta, ao menos de forma factual, uma vez que com a abertura dos portos às nações amigas o exclusivo colonial entre metrópole e colônia é encerrado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proclamação da Independência em 1822, sob a liderança de D. Pedro, herdeiro da Coroa portuguesa, conseguiu aglutinar um movimento emancipacionista que manteve a unidade territorial da América portuguesa e que superou, mesmo que de forma momentânea, os diferentes projetos para a antiga colônia.

A onda revolucionária europeia de 1820 impactou significativamente na estrutura social e política do Brasil, uma vez que a Revolução do Porto (1820) exigiu

a volta da Família Real e a recolonização do Brasil. O caráter antiliberal das Cortes portuguesas em relação ao Brasil, na contramão do pensamento europeu, principalmente das aspirações inglesas, foi o que desencadeou o projeto de independência, centrado na figura de D. Pedro.

Ressalta-se, também, que o projeto de unidade imperial seria uma resposta às pressões inglesas pelo fim do tráfico de escravos, o que afetaria sobremaneira a economia brasileira escravista por excelência. Assim, para resistir à insistência britânica, a economia brasileira necessitava de um Estado forte e centralizado o suficiente.

Ainda, a manutenção da unidade territorial brasileira e a construção da ordem podem ser explicadas pela homogeneidade das elites burocráticas brasileiras que viam na independência do país um caminho mais abrangente aos seus negócios e à tranquilidade administrativa das terras de tão extenso território.

Contudo, ao contrário da relativa calma que costumeiramente é descrita por historiadores acerca da consolidação da independência do Brasil, ao Grito do Ipiranga seguiram-se guerras de entre províncias que aderiram ao Império e aquelas que se mantinham fiéis às Cortes Portuguesas. Graças ao auxílio de comandantes estrangeiros e da atuação de províncias aliadas definiu-se a vitória da independência.

Como pode-se inferir, a manutenção da centralização governamental na figura do Imperador, graças ao bem-sucedido processo de independência, representa caso excêntrico em meio às independências da América Latina.

A continuidade político-institucional e a integridade do território brasileiro se associam à formação de uma visão coesa das elites interiorizadas, corroborando para o fato de que a emancipação, mesmo que atrelada a uma continuidade governamental portuguesa, garantiu o sucesso da manutenção territorial, ainda que o Brasil estivesse imerso num continente fragmentado de Estados.

Logo, a atual configuração do território brasileiro não pode ser concebida, simplesmente, como uma herança natural recebida pelos portugueses e repassada aos brasileiros após o processo de independência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Daniel Lima de. **Manual do Candidato**: história do Brasil. Brasília, 2013. 595p.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **EB20-MF-10.102**: Doutrina Militar Terrestre. Brasília: EGGCF, 2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. 688p. 22,5.

_____. **História Concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. 328p. 23.

FIGUEIREDO, Adma Hamam de. **Brasil**: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 435p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas Geográfico Escolar**. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 220p.

PHIPLIP'S ATLAS OF WORLD HISTORY: Concise Edition. 2. ed. London, 2005. 312p.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Manual do Candidato**: história mundial contemporânea (1776-1991): da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética. 3. ed. Brasília: FUNAG, 2012. 283p. 29.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. **A História Militar**: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural. Revista História em Reflexão, Dourados, 2. vol., n. 4, p. 1-22, jul/dez 2008.